
JUVENTUDE, REDES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Walter Ernesto Ude Marques

Professor Adjunto da Faculdade de Educação – FaE/UFMG
Membro do Núcleo de Estudos do Pensamento Complexo - NEPPCOM

Resumo: Neste trabalho trata-se da temática Juventude, Redes Sociais e Políticas Públicas, tendo como ponto de debate a questão das intolerâncias diante das diferenças sociais, no que se refere à realidade dos jovens brasileiros. Para levantar alguns indicadores em relação a esse complexo fenômeno, o paradigma de redes sociais foi tomado como fundamento, o qual nos evidencia a teia na qual estamos emaranhados, por meio de uma visão contextual e, como somos co-responsáveis pela reconstrução de outro mundo possível, fora das cenas de violência que temos presenciado nos últimos tempos. Nesse sentido, tento apontar a urgência de se buscar a realização de políticas públicas emergidas da coletividade, com ênfase numa vida mais solidária diante do capitalismo atual que, cada vez mais, tem produzido situações isolacionistas, privatistas e individualistas, dentre outras, contribuindo para a fragmentação do pensamento e das ações dos indivíduos.

Palavras-chave: Juventude; Redes Sociais e Políticas Públicas.

JUVENTUD, REDES SOCIALES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

Resumen: En este trabajo se trata de la temática Juventud, Redes Sociales y Políticas Públicas, tomando como punto de debate la cuestión de las intolerancias frente a las diferencias sociales, en lo que se refiere a la realidad de los jóvenes brasileños. Para levantar algunos indicadores con relación a ese complejo fenómeno, el paradigma de redes sociales fue tomado como fundamento, el cual nos evidencia la tela en la cual estamos emarañados, por el medio de una visión contextual y, como somos co-responsables por la reconstrucción de otro mundo posible, fuera de las escenas de violencia que tenemos presenciado en los últimos tiempos. En ese sentido, intento apuntar la urgencia de buscarse la realización de políticas públicas emergidas da la coletividad, con énfasis en una vida más solidaria frente al capitalismo actual que, cada vez más, tiene producido situaciones isolacionistas, privatistas e individualistas, entre otras, contribuyendo para la fragmentación del pensamiento y de las acciones de los individuos.

Palabras-clave: Juventud; Redes Sociales y Políticas Públicas.

Este texto se propõe a levantar algumas questões concernentes aos problemas sociais gerados pela exacerbação das intolerâncias frente à diversidade humana, colocando em foco a juventude do nosso país, diante dos altos índices de violência que retratam a situação de vulnerabilidade enfrentada por essa camada social da nossa população, nos últimos tempos. Contudo, muitos dos nossos jovens reagem criativamente perante essa realidade que tenta incluí-los marginalmente, precariamente ou perversamente, em tramas que são próprias da sociedade capitalista em que vivemos. Essas contradições, brevemente aqui consideradas, nos indicam que se trata de um fenômeno complexo. Sendo assim, torna-se prudente que recusemos respostas simplistas, mecânicas, homogeneizantes e lineares, quando se procura discorrer alguma reflexão sobre esta temática.

Para tentar dar conta deste debate, proponho o paradigma de redes sociais como elemento mediador de uma possível construção de políticas públicas, realizada em teias coletivas, solidárias e interativas. Todavia, esse processo só se efetivará por meio de um olhar contextual que, ao meu ver, propiciará a constituição de uma perspectiva complexa, face aos desafios colocados pelo reconhecimento das diferenças como expressões inerentes aos sistemas vivos, guardadas as semelhanças que lhe são intrínsecas. Contudo, essa postura epistemológica e política implica em rupturas com visões fragmentadas.

Nesse sentido, não se pode reduzir a violência verificada entre os jovens como produto exclusivo das “galeras urbanas”, principalmente as periféricas da cidade, como se fosse algo gerado de forma isolada de um contexto mais amplo. Mas por que observamos pretensões de separar o inseparável? Segundo Morin (1999, p.33), *complexus* representa aquilo “*que é tecido junto*”. Por outro lado, não podemos acreditar na premissa linear de que todos os jovens se envolvem em atos de violência nos dias atuais. Penso que essas questões preliminares nos mostram que, estamos perante duas visões opostas, que merecem ser diferenciadas; uma apresenta um olhar fragmentado diante da realidade, a outra percebe conexões entre os diversos sistemas que participam da vida. Tal impasse nos convoca a indagar sobre como o pensamento disjuntivo e sua prática fragmentadora tornaram-se hegemônicos na história da ciência e da nossa sociedade.

Porém, faz-se necessário evidenciar que podemos e devemos distinguir as diversas dimensões que participam da vida humana; contudo, sem a ilusão de tentar separá-las de uma forma totalmente independente, já que o pretense isolamento absoluto não possibilita que percebamos os elos ocul-

tos e visíveis que existem entre elas. Quanto a isso, Maturana (1998) nos alerta que o conhecimento representa sempre um ato de distinção, ou seja, significa a identificação das partes sem desarticulá-las do todo mais amplo. Sendo assim, precisamos diferenciar idéias fragmentárias, aquelas que tentam isolar as partes do todo, das visões mais complexas, aquelas que percebem as distinções das partes e, ao mesmo tempo, as interconexões entre todo/parte e parte/todo.

Retomando um pouco da história da ciência moderna, diga-se de passagem, desenvolvida no mundo ocidental, tendo como ponto de partida os pressupostos cartesianos, constatamos que a defesa de uma razão pura separada da emoção, dos valores, das crenças e das dimensões inconscientes do observador, dentre outras, gerou uma visão na qual a realidade seria o reflexo direto de uma verdade captada por uma razão inquestionável. Esse tipo de olhar produziu separações, entre o afeto e a razão e entre o mundo interno e o mundo externo; dentre outros problemas epistemológicos, como nos salienta Rey (2003).

Nesse mesmo período histórico, no decorrer do século XVII, a abordagem empirista contrapôs as idéias cartesianas afirmando que, o conhecimento surge da experiência propiciada pela relação com o mundo externo, que age sobre um indivíduo passivo, uma “tábula rasa” ou um “white paper” (papel em branco). De acordo com essa concepção, a realidade é aquilo que se verifica pelas experiências palpáveis, desprezando qualquer explicação que surja do mundo interno do sujeito, acreditando-se que relatos subjetivos cairiam no campo da especulação, ou seja, fora de uma materialidade diretamente observável e mensurável.

Dando continuidade a essa forma empiricista de compreender o mundo, emerge a visão positivista, formulada por Augusto Comte, pensador do século XIX que, dentre outros princípios, defendeu uma ciência positiva capaz de descrever, verificar e comprovar as leis que se originam na experiência (Japiassu & Marcondes, 1993). Contudo, sua ênfase recaiu apenas no aspecto quantitativo da realidade descrita pelo observador. Destaca-se sua obsessão pela ordem, como única possibilidade para a geração de um progresso tecnológico produtor de uma sociedade civilizada, tal como prometia o projeto da Modernidade.

Essa doutrina, além de outras características, concebeu o mundo como uma realidade estática, linear e mecânica. Criou-se a ilusão de que os fatos são repetições de uma realidade homogênea. Aliás, o positivismo não suporta a desordem, os ruídos, os acasos, o inesperado, a contradição, o

questionamento, e o imprevisível. Instalou-se um paradigma defensor da prescrição, da predição e da previsão de algo visto como já dado, como pronto e acabado para ser descoberto, ou seja, tornou-se uma verdade irrefutável, já que procurava representar alguma coisa que fôra testada por instrumentos absolutamente precisos.

Nesse contexto, a diferença passou a ser encarada como patologia. Aqui, nesse ponto, remetemos nosso debate para a questão das intolerâncias. Sabemos que os manicômios foram criados para isolar aqueles indivíduos que perturbavam a ordem de um ambiente, pretensiosamente, regido por um equilíbrio estático. Diante dessa crença, criou-se uma visão higienista para tentar realizar uma verdadeira assepsia junto àqueles que ameaçavam o sistema industrial-mecanicista-capitalista. Nesse contexto, o tecnicismo produziu a figura de um especialista que se sentiria capaz de prescrever metodologias adaptativas para um indivíduo insano (Souza Pato, 2003).

Essa proposta adotou pressupostos básicos da ciência tradicional, ou seja, a idéia de isolar a parte, num laboratório, para descrevê-la, mensurá-la, conhecê-la e dominá-la. Não seria essa lógica que fundamentou a criação das prisões, manicômios, conventos, internatos, Febems, salas especiais da escola e dos tradicionais consultórios de atendimento à saúde em geral? Mas como isolar a parte do todo que a constitui? Como separar as partes das demais partes que compõem um todo complexo? Como isolar o todo das partes mais elementares que o compõe? Estamos diante de um legado positivista? Constatamos, nesses momentos reflexivos, que necessitamos de um olhar complexo ou em redes, para tentar dar conta de uma realidade que se mostra complexa.

Por isso, tentei produzir esse breve resgate histórico com o intuito de situar a temática do nosso encontro, no que se refere à necessidade da consolidação de políticas das diferenças, sem cair em posturas obsessivas, as quais dificultam perceber porções semelhantes presentes de forma visível e oculta na diversidade. Todavia, minha pretensão não foi apresentar um “balanço epistemológico” da situação atual da ciência contemporânea. De qualquer forma, cabe um determinado esforço para se tentar entender a trama social e científica na qual estamos inseridos, por meio de uma certa releitura crítica dos pressupostos dos nossos pressupostos.

Posto isto, a metáfora de Redes Sociais nos ajuda a construir uma visão mais inclusiva ao visualizar a teia que estamos envolvidos, em vários níveis, tanto no aspecto pessoal, social, cultural, econômico, instituci-

onal e político, quanto no âmbito ecológico e espiritual. Trata-se de um paradigma que reconhece o ser humano como um sistema vivo, multidimensional e interativo, que vive momentos mais organizados e outros mais conflituosos, como é próprio da dinâmica da nossa vida.

Dentro dessa perspectiva, o isolamento de uma dessas dimensões fragiliza a vida de um ser, que se caracteriza pelas relações de interdependência que estabelece com outros seres humanos e com outras formas de vida e de se vivê-la. Contudo, essas interações dinâmicas devem ocorrer sem ameaçar o sentido constitutivo da própria identidade do sujeito. Quanto a isso, Sluzki (1997), por meio de uma extensa pesquisa realizada com portadores do HIV/aids, nos mostra que quando indivíduos infectados se deparam com situações de abandono por parte dos familiares, dos amigos, da vizinhança e das demais redes comunitárias, tornam-se depressivos e, em consequência, com um sistema imunológico debilitado, reduzindo a capacidade de sobrevivência. Esse estudo evidencia a inseparabilidade do psíquico em relação ao orgânico, salientando que respostas simplificadas produzem complicações diversas. Nesse sentido, o autor citado nos alerta:

“Existe forte evidência de que uma rede social pessoal relativamente¹ estável, sensível, ativa e confiável protege a pessoa contra doenças, atua como agente de ajuda e encaminhamento, afeta a pertinência e a rapidez da utilização de serviços de saúde, acelera os processos de cura, e aumenta a sobrevivência, ou seja, é geradora de saúde.” (SLUZKI, 1997, p.67)

Diante dessas ponderações, constatamos que uma prática clínica isolacionista está fadada ao fracasso. Não podemos continuar insistindo em políticas sociais que fragmentam suas ações, já que se apegam na realização de programas voltados exclusivamente para uma determinada área, como se, por exemplo, a saúde fosse algo desvinculado do campo cultural, das atividades educativas, da vida familiar, do mundo do trabalho, dentre outros contextos que compõem as redes de vínculos dos usuários que frequentam os serviços de atendimento à saúde.

Uma luta contra as intolerâncias não pode ficar fora dessa discussão. Como podemos pensar numa política preventiva na área da saúde

¹ Acrescentamos o termo **relativamente** estável porque acreditamos que todo sistema vivo apresenta um equilíbrio dinâmico, passando por momentos mais organizados e outros mais desorganizados, na tentativa de preservar a sua própria identidade diante de um mundo cambiante.

fora do âmbito da educação? Seria possível separar os setores de saúde e de educação dos serviços oferecidos pelas secretarias de assistência social do município ou do estado? Essa concepção fragmentada está falida, não trouxe melhoria de vida para a maioria da população brasileira. Basta verificar a variedade de programas criados durante as últimas décadas e avaliar seus resultados. Caracterizam-se por medidas centralizadas, verticalizadas e descontinuadas, com sobreposição de ações sem a participação da coletividade mais ampla. Suas propostas ficaram restritas às prescrições dos tecnocratas e, muitas vezes, aos interesses politiquieiros de alguns parlamentares, como pondera Guará (1998).

Diante disso, a construção de políticas sociais verdadeiramente públicas necessitam passar por um debate mais amplo, incluindo os diversos saberes (acadêmico, popular, prático, comunitário, religioso, familiar, etc.) que estão envolvidos em torno do problema a ser debatido pela comunidade interessada. Contudo, precisamos buscar práticas horizontalizadas por meio de espaços de conversação (em fóruns, assembleias, conselhos, encontros diversos, reuniões comunitárias, simpósios, etc.) que possibilitem romper com estruturas hierarquizadas e lineares. Esse paradigma nos convida a desenvolver propostas intersetoriais, interorganizacionais, e interministeriais, que perpassam por trabalhos realizados pelas intersecretarias, no âmbito das instâncias governamentais e não-governamentais.

Quanto ao saber acadêmico, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade representam intercâmbios essenciais para o desenvolvimento de rupturas com a fragmentação do conhecimento. Partimos do ponto de vista que, nenhuma teoria é suficiente para compreender toda a complexidade da realidade estudada. Sendo assim, o diálogo aberto e crítico constitui nossa melhor ferramenta para tentarmos resgatar os elos perdidos entre as diversas formas de organização do saber científico, em busca de novas sínteses, porém, sempre parciais e provisórias.

Remetendo o nosso diálogo para as questões relativas à nossa juventude e as teias que compõem os diversos grupos que a configura, vejo-me provocado a levantar alguns pontos sobre a formulação de políticas públicas voltadas para essa significativa população do nosso país. Não podemos ficar paralisados diante da prática genocida que tem envolvido jovens das periferias das cidades, como temos presenciado nas últimas décadas, principalmente no confronto das guerras do narcotráfico. Cabe a nós, tentar compreender esse enredo social e buscar a construção de propostas coletivas que possam interromper a banalização das injustiças soci-

ais, já que tornar-se indiferente perante esse extermínio social indica comprometimento da nossa saúde mental (Dejours, 1999). Diante disso, passo em seguida a suscitar alguns pontos sobre políticas públicas voltadas para a juventude que, talvez, possam contribuir para a contextualização do fenômeno que estamos debatendo, com vistas à efetivação de novas práticas e concepções sobre o tema.

Juventude, diversidade e políticas públicas

Considerando os pontos levantados acima, tendo como fundamentação epistemológica o pensamento complexo, fica evidente que, tratando-se de um fenômeno que se expressa no âmbito de um grupo humano, estamos diante de uma realidade dinâmica e diversa, a qual apresenta uma capacidade recreativa admirável e, ao mesmo tempo, uma capacidade de permanecer em estados de equilíbrio relativamente estáveis, de uma maneira fantástica. Essa constatação nos leva a pensar que turbulências e crises são processos inerentes ao movimento da vida, independentemente do sistema que se observa, como também a possibilidade de se reequilibrar perante os percalços que ocorrem a todo momento no nosso dia-a-dia.

Essa visão, nos ajuda a ver que turbulências e crises não são privilégio, apenas, da juventude. Todos nós, em todas as faixas etárias, passamos por crises e transformações orgânicas, psíquicas e sócio-culturais, simultâneas e complexas. Esse é um ponto importante a ser considerado, pois, ainda, observamos visões mecânicas que associam juventude/crise com conotação negativa e reducionista. A perspectiva linear adotada pela ciência tradicional produziu essa idéia de que situações de crise sempre ameaçam um equilíbrio pretensamente estático. Contudo, é impossível pensar num sistema vivo que não passe por momentos de organização, desorganização, crise/caos, e uma nova organização, conforme destaca Morin (1996), sempre parciais e provisórios.

Segundo Palácios (1995), desde os primórdios do século XX se produziu essa concepção de juventude como período de tormento e drama; e isso a partir da obra, dentre outras, de Stanley Hall, publicada em 1904, a qual sofreu influências de Rousseau, afetando, inclusive, a teoria psicanalítica. Sendo assim, necessitamos desconstruir esse olhar equivocado que percebe crise como algo extremamente negativo, mas enxergá-la como possibilidade de emergência de uma nova configuração, mais construtiva e saudável para os sujeitos que estão emaranhados no cenário social.

A partir dessa perspectiva reconstrutiva, iniciamos um projeto no Colégio Técnico da UFMG, nos meados do ano de 2004, intitulado “COL-TEC, Juventude, Famílias e Projeto de Vida”. Na efetivação deste, temos buscado romper com práticas fragmentadas, ao incluirmos familiares, educadores, grupos culturais, faculdades e outras organizações sociais no trabalho realizado junto à juventude do colégio. Nossa proposta visa buscar momentos mais específicos, por exemplo, por meio das reuniões entre os jovens, e mais coletivos, promovendo a realização de atividades que reúnam educadores e jovens; familiares e educadores; jovens, educadores e familiares; grupos culturais diversos, jovens e educadores; dentre outras possibilidades. Nosso grupo de trabalho vislumbra que esse movimento múltiplo possa trazer novas alternativas para os sujeitos envolvidos no processo, fortalecendo não só o colégio, mas toda a coletividade que participa da proposta. O grupo toma como ponto de partida a seguinte referência: isolados somos frágeis.

Outras experiências nos indicam que essa posição teórico-metodológica suscita as diferenças, como é o caso dos trabalhos organizados por Oliveira & Sgarbi (2002), *Redes culturais, diversidade e educação*, onde apresentam relatos de diferentes grupos que se inspiram na diversidade e nas semelhanças como instrumento desencadeador de práticas inclusivas e solidárias. Precisamos enxergar que a escola está emaranhada numa teia complexa e diversificada. Nesse sentido, os organizadores do trabalho, comentam que esse olhar nos propicia que:

“... há múltiplas formas de expressão, infindáveis maneiras de compreensão, incomensuráveis modos de viver, e outras infinitas relações possíveis. Tanta gente, tantas experiências e tantos pontos de vista – de escuta, de sentidos e de sentimentos – que se fazem os atores dos nossos autores!”
(OLIVEIRA & SGARBI, 2002, p. 15).

Este é o paradigma que defendo neste debate, precisamos reconhecer a competência dos nossos jovens e da sua comunidade mais ampla. Mesmo aqueles que estão enredados em situação de extrema vulnerabilidade social, como é o caso da exploração da mão-de-obra infanto-juvenil no narcotráfico, possuem competências que necessitam ser reconhecidas e canalizadas para um sentido mais construtivo, crítico e politizado, na busca de uma sociedade mais justa. Sozinhos, não conseguiremos compreender a trama que envolve esta problemática e, muito menos, encontrar alternati-

vas para o enfrentamento desta questão tão complexa.

Por outro lado, verificamos a necessidade de implementar políticas públicas para a juventude brasileira, fortalecendo suas diferentes formas de organização e expressão na nossa sociedade, por meio da consolidação de espaços territoriais que possibilitem a comunicação das distintas manifestações sócio-culturais que compõem o seu universo, como é o caso do Rap, do Hip Hop, do Rock, do Pagode, da Capoeira, etc. Contudo, sem lhes retirar a possibilidade de serem protagonistas desse processo que engendra a emergência de sujeitos críticos, conscientes da sua condição atual, transformadores e interativos.

Acredito que este olhar, em teia ou em redes, como queiram, pode ser capaz de provocar outras possibilidades em distintos contextos, seja nas escolas, nos diversos trabalhos sociais, nos grupos culturais, nas secretarias de governo, nas organizações não-governamentais, dentre outros, desde que se reconheça a incompletude dos nossos saberes e fazeres e a conseqüente necessidade de estar aberto à complementaridade do Outro. Essas iniciativas redimensionam o nosso trabalho, mas conscientes de que a completude é inatingível. Diante dessas ponderações, avalio que devo encaminhar o debate para uma breve conclusão textual, reconhecendo as limitações perante uma sociedade capitalista globalizada e complexa, mas, por outro lado, estou ciente das limitações desse sistema que se pretende globalizante.

Breve conclusão

Minha tentativa, nesta breve exposição, foi de procurar contribuir na compreensão dos princípios epistemológicos e ideológicos que justificam a defesa da necessidade de um olhar em redes, para tentarmos entender a questão das intolerâncias, privilegiando a temática da situação de vulnerabilidade social da juventude brasileira, considerando que esse processo só se consolidará partindo de uma ação coletiva horizontalizada. Sabemos que o olhar fragmentado atende à proposta capitalista de dividir, isolar e alienar subjetividades, que se tornam assujeitadas pelo sistema mercantilista.

Contudo, ao mesmo tempo, acreditamos que o capitalismo não consegue impingir um controle total na nossa sociedade a ponto de anular os sujeitos de uma maneira tal que não consigam expressar suas idéias, valores e crenças, nas suas diversas atividades sociais. A subjetividade escapa. O sofrimento mental traz uma questão revolucionária subjacente

aos conflitos e questionamentos que provoca no contexto em que se manifesta. Acredito que esteja aí, o caminho para se instalar possibilidades para a emergência de um sujeito crítico, ativo, consciente, atual e interativo.

A perspectiva de redes sociais, fundamentada no pensamento complexo, representa, ao meu ver, uma alternativa viável para se desconstruir as dicotomias produzidas pela ciência tradicional, que se colocou a serviço da sociedade capitalista-mecanicista-industrial. Para isso, convocamos todos os colegas de trabalho e cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa para que busquem consolidar relações mais horizontais e solidárias, já que o individualismo e o isolamento atual tem adoecido a todos nós, produzindo reações violentas, consumismo e processos depressivos. Espero que a concepção das políticas públicas seja norteada por este novo paradigma, de se pensar e de se gerar ações mais transformadoras. Essa é a minha expectativa em relação aos resultados advindos deste debate.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Elimar Pinheiro (orgs.). *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

_____. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

DEJOURS, Christophe. *A Banalização da Injustiça Social*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GUARÁ, Isa M. Ferreira da Rosa et al. *Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente*. Brasília: Secretaria de Assistência Social/MPAS, 1998.

JAPIASSU, Hilton & MARCONDES, Danilo. *Introdução à epistemologia da psicologia*. 6ª ed., São Paulo: Letras & Letras, 2001.

MATURANA R., Humberto. *Da Biologia à Psicologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo &

OLIVEIRA, Inês Barbosa de & SGARBI, Paulo (orgs.). *Redes culturais, diversidade e educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PALÁCIOS, Jesús. O que é adolescência? In: COLL, César *et al.* *Desenvolvimento psicológico e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

REY, Fernando Gonzalez. *Sujeito e Subjetividade*. São Paulo: Thomson, 2003.

SLUZKI, Carlos E. *A Rede Social na Prática Sistêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SOUZA PATTO, Maria Helena. O que a história pode dizer sobre a profissão do psicólogo: a relação Psicologia-Educação. In: BOCK, Ana M. (org.) *Psicologia e Compromisso Social*. São Paulo: Cortez, 2003.